

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.842 - PE (2019/0097475-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : DOMINGOS AFONSO JORIO
ADVOGADO : ISRAEL DOMINGOS JORIO - ES018675
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. DESCAMINHO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. FALTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO RÉU DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. ACUSADO SOLTO. INTIMAÇÃO REALIZADA POR MEIO DO DEFENSOR CONSTITUÍDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.
Recurso improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Domingos Afonso Jorio**, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 484):

CONSTITUCIONAL. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. LIBERDADE DE *HABEAS CORPUS* LOCOMOÇÃO. ILEGALIDADE. ABUSO DE PODER. IMINÊNCIA. COAÇÃO ILEGAL. A Liberdade de Locomoção no espectro constitucional compreende elenco mais preciso e abrangente. Absorve e recepciona a vaga construção do Código de Processo Penal.

AMEAÇA. Ameaça sobre ser Garantia e Proteção não é espaço indistinto. Provém de Ilegalidade ou Abuso de Poder. A abstração anterior da ideia de Ir e Vir não suprime a Causa Jurídica dos limites ao exercício do Direito Subjetivo de Locomoção. A Ameaça concreta, atual ou iminente, sobre ser temporal, advém de Ilegalidade ou Abuso de Poder. "Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder". (Constituição Federal). "Sempre que alguém sofre ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir." (Código de Processo Penal).

DICÇÃO CONSTITUCIONAL. LEGALIDADE. Extrai-se na dicção constitucional de que toda Coação ou Abuso de Poder, não conformando-se ao Controle da Legalidade, dá ensejo ao *Habeas Corpus* ou aos Recursos Legais. O que está fora dela ameaçando-a ou violando-a. No *Habeas Corpus* abrange o que a Lei não prevê expressamente e o que a Constituição protege. Na Legalidade, a previsão infraconstitucional.

HIPÓTESE. *Habeas corpus* impetrado em face de Despachos que não receberam a Apelação interposta à *Habeas Corpus* Sentença condenatória e o Recurso em Sentido Estrito, ambos por Intempestividade.

Nos termos do artigo 392 do Código de Processo Penal, é desnecessária a Intimação Pessoal do Réu da Sentença condenatória, quando estiver Solto, a

exemplo da hipótese dos autos.

No tocante à alegação de existência de falha na Intimação do Advogado de Defesa, a via estreita do *Habeas corpus* inadmite Dilação Probatória para acerto de questão factual que se revela controvertida, a teor do que consignado nos Despachos que atestam a regularidade da Intimação e em face dos quais a Impetração se insurge.

Denegação da Ordem.

Narram os autos que o Juízo Federal da 36ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco condenou o recorrente como incurso no art. 334, § 3º, c/c 71, ambos do CP, à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, no regime inicial semiaberto (Ação Penal n. 0005033-33.2014.4.05.8300).

Ao argumento de ilegalidade na intimação pessoal do recorrente da sentença condenatória, a defesa impetrou *habeas corpus* na colenda Corte de origem, que denegou a ordem (fls. 474/485 - *Habeas Corpus* n. 0816774-66.2018.4.05.0000).

Aqui, alega o recorrente que não fora intimado pessoalmente da sentença condenatória, motivo pelo qual o recurso por ele apresentado deve ser considerado tempestivo.

Sustenta que *há farta prova, documental e preconstituída, de que, embora seja praxe e padrão a intimação via publicação no Diário da Justiça, essa comunicação, em relação à decisão atacada, não aconteceu. E o fato de existir prova de que há intimações publicadas no Caderno "PJEFPE", no Local "Intimações de processos no PJE do JFEDPE" tanto anteriores como posteriores ao decisum em questão, de per se, comprova existência de defeitos no sistema de intimações* (fl. 515).

Requer, em caráter liminar, *seja determinada a sustação da ordem de prisão, com o o respectivo recolhimento do mandado de captura, enquanto se julga o mérito do presente remédio constitucional* (fl. 515).

Em 8/4/2019, indeferi o pedido liminar (fls. 545/547).

Prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora (fls. 551/553 e 557/575), o Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do recurso (fls. 577/581):

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.

CONTRABANDO. SENTENÇA PENAL COM TRANSITO EM JULGADO. INTERPOSIÇÃO INTEMPESTIVA DE APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA SENTENÇA. RÉU SOLTO. ARTIGO DO 392, INCISO II, DO CPP. PRECEDENTES DO STJ. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. LEI Nº 11.419/06. DESNECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO NO ÓRGÃO OFICIAL. PARECER PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, o Tribunal *a quo*, ao julgar o *habeas corpus*, afirmou que, na espécie, não houve nulidade, porquanto a intimação da parte foi realizada nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, sendo *desnecessária a intimação pessoal do réu da sentença condenatória, quando estiver solto, a exemplo da hipótese dos autos* (fl. 484).

Em sentido semelhante, confira-se: AgRg no RHC n. 95.188/DF, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 1º/2/2019.

Ademais, consta do voto condutor do julgado a seguinte fundamentação (fl. 484 - grifo nosso):

[...] No tocante à alegação de existência de falha na Intimação do Advogado de Defesa, assinalei que a via estreita do *Habeas Corpus* inadmite Dilação Probatória para acerto de questão factual que se revela controvertida, a teor do que consignado nos Despachos que atestam a regularidade da Intimação e em face dos quais a Impetração se insurge.

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

Em face do exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator